

O Vizinho Gigante: Novo Modelo nas Relações UE-Rússia Precisa-se!

Maria Raquel Freire

Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

A Federação Russa, o vizinho gigante da União Europeia (UE), é assumidamente um actor estratégico de relevância. A não inclusão formal da Rússia no pacote da vizinhança (PEV – Política Europeia de Vizinhança), apesar de partilhar os instrumentos financeiros com os estados parte dessa política, é disso mesmo exemplo – diferenciação positiva. A Rússia é um parceiro fundamental, num quadro político-económico e de segurança onde a partilha de fronteiras, a par de ameaças e desafios comuns, deveriam fornecer as bases para a construção de uma relação de vizinhança sólida e em linha com os princípios da Estratégia Europeia de Segurança. As partes reconhecem a relevância da relação bilateral, pautada por uma interdependência económica e comercial substancial, e ainda sublinhada pela existência de valores históricos e políticos comuns.

Contudo, e apesar da identificação destes elementos, persistem vários problemas que, nos primeiros meses de 2007, parecem ter complicado este diálogo. O não avanço nas conversações com vista à renovação do Acordo de Parceria e de Cooperação (APC) que expira a 1 de Dezembro de 2007, é uma demonstração clara das diferenças (que se estende para além do veto polaco). A solução actual que aponta cada vez mais para uma renovação automática do mesmo, exactamente nos termos e condições em vigor, tem sido interpretada como sinal de falta de vontade política para reformular os dados da relação. Um sinal negativo, traduzido por um lado no facto da Rússia não pretender um novo acordo, que descreve como contrário aos seus interesses, nomeadamente no que concerne a agenda energética; e por outro, na postura reticente da UE em desenhar um novo modelo de relacionamento com Moscovo.

Apesar das vozes oficiais tentarem minimizar os resultados muito limitados da última cimeira bilateral UE-Rússia que decorreu em Samara (Maio 2007), esta deixou bem claro o crescendo nas diferenças. Apesar de sempre mais diplomático, nem mesmo o discurso oficial tem escapado ao clima de maior hostilidade. O que só vem adicionar às palavras duras do presidente Vladimir Putin em Munique em Fevereiro, e ao discurso sobre o estado da nação (26 de Abril), onde o presidente russo avança com uma moratória sobre o Tratado de Armas Convencionais na Europa, não ratificado por alguns dos membros da OTAN, a par da anunciada eventual retirada russa do Tratado de Eliminação de Forças Nucleares Intermédias. Num contexto de elevada tensão internacional, com questões muito delicadas na agenda, incluindo o escudo de defesa anti-míssil norte-americano, a eterna questão do alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e ainda a mais duradoura questão do (des)respeito de direitos humanos e princípios democráticos, e uma postura pouco coesa da União Europeia face a Moscovo, entre muitos outros, não se trata de facto de algo surpreendente. Contudo, mesmo num ambiente gélido, o discurso de uma nova guerra fria não tem reunido muitos adeptos. O reconhecimento de parte a parte da relevância da relação não o permite. Além do mais, parece tratar-se de uma conjugação de factores internos à Rússia e no contexto internacional, que Moscovo tem gerido em seu favor, numa linha clara de afirmação em termos de política externa.

A falta de unidade e de uma estratégia europeia tem sido explorada pela Rússia numa lógica de divisão e poder. As divergências internas no seio da União, com novos estados membros anteriormente na esfera de influência soviética a assumirem uma posição anti-Rússia clara, a par de alguns dos velhos membros a assinarem acordos de cooperação energética com Moscovo, por exemplo, denota as dificuldades existentes. A postura intransigente da Polónia face a qualquer acção para com a Rússia devido ao embargo à sua carne, a exigência lituana de reabertura do oleoduto de Druzhba, e a controvérsia gerada na Estónia devido à mudança de um memorial de guerra soviético na capital, contrastam com

o acordo entre a Alemanha e a Rússia para a construção do gasoduto *Nord Stream* no mar báltico ou o abandono húngaro do projecto Nabucco, que traria gás natural do Cáspio para a Europa, em favor da *Gazprom Blue Stream*. Mas, face às diferenças e contendas, a UE deve manter o princípio da solidariedade, e apostar na definição de uma estratégia comum e coesa face à vizinha Rússia.

Apesar de denominada de parceria estratégica, a relação UE-Rússia é, de facto, uma relação estratégica, mas longe de ser uma parceria. Desconfiança, desentendimento e críticas mútuas têm sublinhado as diferenças, marcando um registo negativo. Num tom mais optimista, o desenvolvimento dos Espaços Comuns acordados na Cimeira de São Petersburgo em 2003 poderá constituir uma boa base para o diálogo. Mas mesmo em áreas onde a colaboração efectiva é reconhecida como mutuamente benéfica, os *trade-offs* mantêm-se como expressão da necessidade que ambas as partes sentem em manter poder negocial. Uma demonstração implícita das dificuldades no relacionamento.

Um arrefecimento das vozes mais críticas a par de sinais claros de vontade política de consolidação desta relação de vizinhança são fundamentais. Trata-se de uma relação bilateral estratégica, que mesmo não seguindo um modelo coeso, terá de ser pautada por vontade política e partilha de responsabilidades (*“joint ownership”*). Sinais claros de consolidação de confiança a par de uma dinamização do diálogo e da sua tradução em projectos concretos, são prementes. O diálogo energético, a cooperação transfronteiriça, o reforço de infra-estruturas de comunicação e rodoviárias, são algumas das áreas onde estes desenvolvimentos podem e devem produzir resultados. E assim, talvez, servir de base à definição de um novo modelo nas relações entre a UE e a Rússia.